

Sarney fala do que é negociável

30 AGO 1978 CORREIO BRAZILENSE

A redução do prazo para o estado de emergência, a fixação de critérios para que se estabeleça um prazo para as chamadas medidas de emergência, além de alterações nos dispositivos que fixam as exigências para a criação de partidos políticos são algumas das alterações que o relator do projeto de reformas políticas, senador José Sarney, admite levar ao presidente Geisel, em forma de propostas, no encontro que os dois terão na próxima semana. Existe a possibilidade, ainda, de que a Arena apresente um substitutivo ao projeto, embora não se admita nenhuma emenda que o altere profundamente, em sua filosofia.

O Senador José Sarney admitiu a possibilidade de negociações em torno da proposta de reforma que não comprometem sua estrutura. A convocação de Assembléia Nacional Constituinte e a anistia, por exemplo, são dois assuntos que não tem autoridade para examinar com a Oposição.

O relator da reforma voltou a argumentar que as medidas de emergência procuram colocar nas mãos da mais alta autoridade do país, no caso o Presidente da República, aquela soma de poderes excepcionais para superar qualquer crise política.

Lembrou que, na Inglaterra, país civilizado, como na Alemanha as medidas contra o terrorismo são da competência de autoridades policiais. Reconheceu que em países como o Brasil essa delegação poderia implicar em abuso de autoridade, o que levou o governo a colocá-los nas mãos da mais alta autoridade do país.

A Oposição considera como pontos fundamentais para as reformas políticas, a anistia e uma Assembléia Nacional Constituinte, princípios que são considerados pela agremiação do governo como inoportunos e interpestivos para o momento político presente.